

Pesquisa qualitativa da violência psicológica: um instrumento de análise da linguagem

Qualitative research of psychological violence: An analysis of language

Adelma do Socorro Pimentel

Universidade Federal do Pará.

Tv. Augusto Correa, s/n, 66075-110, Belém, PA, Brasil.

adelmapi@ufpa.br

Resumo. Este texto é uma pesquisa documental cujos objetivos são: oferecer uma análise de literatura sobre violência doméstica e/ou violência intrafamiliar; demonstrar a limitação da categoria “doméstica” para abordar a dinâmica das questões ligadas ao gênero feminino e apresentar um instrumento de pesquisa qualitativa em psicologia, no qual o exame da linguagem revela a violência psicológica praticada em um arranjo familiar. Selecionei uma bibliografia da área do período 2000 a 2010 para abordagem do tema em uma estratégia metodológica cujas etapas permitem conceituar, caracterizar o assunto pesquisado e discutir o conceito tematizado para elaborar sínteses. A análise da violência relacional pode ser desvelada através dos atos e das funções da linguagem. Entendemos que mulheres têm vida pública intensa, não são “domésticas”; tampouco a violência que as acomete o é. A grelha de análise permite alcançar uma compreensão hermenêutica do discurso de poder contido no texto e dos processos psicológicos dos sujeitos que o integram.

Palavras-chave: pesquisa qualitativa, linguagem, violências, discurso.

Abstract. This text is a desk research whose goals are: to offer an analysis of literature on domestic abuse and/or domestic violence; demonstrate the limitation of the category “home” to address the dynamics of women’s gender-related issues and provide a tool for qualitative research in psychology, in which the examination of language reveals the psychological violence practiced in a family arrangement. I selected bibliography from the period 2000 to 2010 to approach the topic in a methodological strategy whose steps allow you to conceptualize, characterize the subject researched and discuss the theme concept to draw up summaries. The analysis of relational violence can be unveiled through the acts and functions of language. We understand that women have intense public life, are not “domestic”, nor the violence that affects is. The analysis grid allows you to achieve a hermeneutic understanding of the power speech contained in the text and of the subjects’ psychological processes that integrate it.

Key words: qualitative research, language, violence, speech.

Este texto tem por objetivo apresentar um instrumento de pesquisa qualitativa no qual os atos e as funções da linguagem são os elementos empíricos visados. A ferramenta permite realizar análises da violência psicológica, objeto geral dos estudos do nosso grupo que integra o Diretório de Pesquisas do CNPq desde 2002.

A arquitetura do ensaio envolve: uma análise crítica da literatura sobre o uso dos conceitos de violência doméstica e intrafamiliar¹; uma demonstração da configuração de uma alternativa ao conceito de violência para referir-nos ao acontecimento que ocorre no contexto das casas, e, por fim, o instrumento de pesquisa qualitativa em psicologia do qual nos valem, que tem por premissa o exame da linguagem como ferramenta de análise da categoria violência psicológica.

Inicialmente, ressaltamos que, não obstante a violência pública seja uma prática histórica, contemporaneamente, as ações são mais comentadas devido aos meios de transmissão da informação que se valem das tecnologias microeletroeletrônicas e, também, do exprobro promovido pelas organizações sociais que realizam controles sobre as violações de direitos humanos e cidadania. Assim, sabemos e vemos o que acontece em tempo real em qualquer cidade do mundo: a briga entre casais, a morte das cantoras Amy Winehouse e Whitney Houston, a queda dos presidentes ditadores do Egito e da Líbia e a luta popular contra a opressão na Síria, por exemplo.

São quase três séculos de profundas alterações mundiais: (a) no contexto material do capitalismo enquanto sistema econômico “hegemônico”; (b) na subjetividade e na alteridade; (c) nas relações de produção e de consumo; (d) nos valores e na ética que orienta as relações interpessoais, institucionais e afetivas, etc. (Arendt, 2010; Del Priore, 1997; Foucault, 1995; Giddens, 2002).

Guerras mundiais, civis e militares, privadas e públicas (financiadas por países ricos); pejejas familiares entre pais e filhos, irmãos e

avós; pugnas subjetivas entre aqueles que estão na rua sem entender o motivo de ali estarem são alguns dos panoramas que instituem a violência contemporânea, o extermínio cotidiano do amor, o “esquecimento” do que nos torna humanos, dando lugar ao barbarismo, ao ato gratuito da matança direta ou indireta, de ordem física ou psicológica dirigida ao outro (Sennett, 2004; Maluschke e Maluschke, 2004; Hermans, 2004).

Os discursos científicos, legais e populares abordam as violências e as diversas formas de preveni-las e combatê-las, porém, a atenção dos meios estatais que tem sido dispensada, via de regra, é mais reativa, ou seja, voltada para o imediato, a exemplo de fornecer socorro público a um acidente de trânsito, a um assalto, a uma agressão entre traficantes rivais; aplicar a legislação sobre violência conjugal e familiar², etc.

Do ponto de vista da sociologia, temos duas principais direções das pesquisas da violência: (i) ênfase na ação do estado e no comportamento desviante dos grupos, em que a referência analítica é baseada em Foucault; (ii) proeminência na ação dos sujeitos, na explicação das relações interpessoais e autocontrole dos impulsos violentos, em que a referência analítica é fundamentada em Elias (Monsma, 2007).

Na compreensão da filósofa Marilena Chauí, a violência é deliberada como uma relação de força qualificada em um polo pela dominação e, no outro, pela coisificação, que aponta a atitude de quem detém o domínio de anular o outro na sua condição de sujeito ao (querer³) submetê-lo à sua vontade. (Chauí, 2007).

Em nosso ponto de vista, compreender a dimensão psicológica da violência que ocorre em famílias/arranjos familiares⁴ requer a elaboração de alguns princípios epistemológicos: a pesquisa qualitativa em psicologia clínica ampliada, crítica e socialmente engajada⁵; a definição de Chauí sobre violência; a fenomenologia existencial hermenêutica cujo foco é a

¹ De modo amplo, os acontecimentos e os atores que integram as famílias são nossos sujeitos visados, e, de modo específico, são os adolescentes do sexo masculino e as mulheres.

² Foi sancionada em 07/08/2006, a Lei 11.340/2006 ou Lei Maria da Penha, com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O cap. I, art. 5º, diz: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasília- Lei Maria da Penha- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-Presidência da República. 2006, p. 16).

³ Não podemos esquecer que, por maior que seja a opressão vivenciada por um sujeito e mais rígidos os instrumentos de dominação, a liberdade é existencial e os pensamentos não podem ser outorgados; portanto, nunca haverá uma sujeição linear.

⁴ Somente estudamos famílias que vivem na zona urbana das cidades.

⁵ O conceito focaliza a dialética sujeito e sociedade, pois a individualização da subjetividade é resultado dos jogos de normalização e marcação da identidade moderna e contribui para pensar a consciência e planejar as intervenções clínicas para além do exame da interioridade (Pimentel, 2010, 2011).

interpretação da experiência dos sujeitos expressa pelas linguagens, entre outros aportes teóricos (Napoli, 2000; Ricoeur, 1975; Holanda, 2006; Penna, 1982)

Na lógica interna da violência pública está a irracionalidade, que é uma das premissas que, possivelmente, orienta o pensamento dos que a praticam, sobretudo nos atos de assassinato, roubos à mão armada, imposição de humilhação desnecessária a quem já está submetido, rendido, amedrontado, paralisado.

Imaginemos um pensamento irracional: *ninguém específico me deve, deste jeito, posso cobrar de qualquer um o que a vida me deve. Vou te humilhar, tirar de ti teu dinheiro, teu carro, teu sapato, tua roupa. Deixar-te-ei nu, cuspirei em ti, baterei na tua cara, mijarei em ti, tirarei sangue do teu corpo, farei chorar teus parentes e, por fim, tirarei tua vida.*

Nessa ilustração, a incidência da violência psicológica revela a humilhação, um nexos presente em ambos os contextos sociais (Pimentel, 2011a, Minayo, 2003, 2006).

No aforismo desprovido de autocrítica, crítica social e de compreensão de campo, não transparece a consciência da existência do outro ou de si mesmo. O ressentimento e o desejo de vingança tornam-se o principal motor da ação. Em seu nome, chacinas podem ser cometidas. Racismo, homofobia, violência de gênero, violência sexual, maus-tratos contra idosos, crianças e adolescentes são desdobramentos do exercício da opressão, do desconhecimento da existência do outro como alguém individualizado e diferente do eu, outro sujeito. (Miller, 1995; Frazão & Rocha, 2004; Macedo e Dimenstein, 2009; Souza *et al.*, 2001)

A violência cometida e vivenciada por e entre adolescentes demanda reflexões dialéticas acerca dos contextos nos quais as ações sucedem, isto é, analisar o que tem sido feito: (a) pelo estado, em termos de políticas públicas para educação, saúde, lazer, trabalho; (b) pelos cuidadores, em termos de diálogo, formação ética e de atenção às necessidades individuais e sociais dos adolescentes, (c) e de escuta clínica que favoreça o reconhecimento e o respeito pelos sujeitos.

O adolescente desprovido dos horizontes acima apontados é empurrado para as ruas. Sem direito a viver em uma casa, frequentar a escola e ter qualificação profissional, pode adoecer pelo consumo de drogas e ficar exposto à insegurança pública. Nesse ponto de vista, não ter lazer, não ter família, não ter afeto, não ter sapato, não ter roupa, não ser reconhecido

como falante e agente de transformação social (e pessoal) são causas indutoras da violência pública (Sarti, 2009; Szymanski, 2005).

Particularmente, os adolescentes do gênero masculino nos preocupam, entre outros motivos, pela manipulação a que estão submetidos por adultos que transitam no mundo do crime. Os adolescentes cujos processos de subjetivação emocional e social estão em tempo de desenvolvimento podem ser induzidos a tomar, tirar do outro o que não possuem e desejam. Sem suportes éticos, tornam o ato infracional a interface da relação interpessoal com o outro. Portanto, a pesquisa da violência agenciada por adolescentes requer a desnaturalização da representação social e ideológica da concepção de fases do desenvolvimento e do adolescente como alguém unicamente em conflito (Rizzini, 2011; Santos, 2005; Scheinvar, 2009; Volpi, 2011).

A cultura da permissividade paulatinamente embrutece a teia das relações sociais e humanas, estimulando os adolescentes a cometer atos infracionais: dar tiros, facadas e desqualificar o outro com a palavra verbal. Essa cultura faz aumentar a violência nas famílias, nas escolas, gerando a vivência de pressões e os sentimentos de frustração por não encontrar respostas para a perda da esperança.

Em decorrência, uma conjuntura social marcada por várias tensões oriundas das desigualdades do sistema econômico e da perda das referências das figuras de autoridade: o estado, o pai, a mãe, etc. Com o enfraquecimento dos códigos dos exemplos de identificação, os valores são pautados pela superficialidade, pela opinião, pelo marketing, pela estética, e, cada vez mais, pelo enclausuramento do sujeito (Wieviorka, 2006).

Considerando que escolher é julgar de modo crítico e esclarecido as experiências vivenciadas, o que requer a aprendizagem de linguagens de cuidado, atenção familiar e pública, indagamo-nos acerca das referências que constituem o mundo subjetivo dos adolescentes masculinos. Este é um dos temas de nossas pesquisas cujos resultados visam a contribuir para que a sociedade estabeleça parâmetros para favorecer o bem comum. Feitas as considerações gerais sobre o tema da violência, passo a compor as demais seções do escrito.

Procedimentos teórico-metodológicos

Há vasta literatura sobre a violência, contudo, há igualmente uma extensa gama de ambiguidades, complexidades, diferentes olhares e

pouco abarcamento do que alguns dos textos se propõem a alcançar nos objetivos apontados. Deste modo, realizamos uma análise documental de uma bibliografia da área para encontrar um foco em comum de abordagem do tema.

A análise documental para abordagem qualitativa da questão é, no entendimento de Cellard (2008), uma maneira de articular a compreensão dos conceitos, dos conhecimentos e das práticas. De acordo com Sá-Silva *et al.*, (2009, p. 5), a pesquisa qualitativa que se vale de documentos e bibliografias é uma escolha viável consoante “o objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador”. Os autores referidos apontam, nesta estratégia metodológica, algumas etapas a cumprir: conceituar; caracterizar o assunto pesquisado e discutir o conceito tematizado para elaborar sínteses.

Assim, selecionamos uma literatura da área usando como critérios: identificar no portal da CAPES, usando as palavras-chave violência doméstica e violência intrafamiliar, uma produção científica realizada na primeira década do século XXI; abordar textos que usam, de forma concomitante, os termos violência doméstica e/ou intrafamiliar em situações que ocorrem nos arranjos familiares com mulheres e com adolescentes. Não se trata de revisão do estado da arte, mas de uma tática metodológica pertinente à análise documental (Cellard, 2008). Realizamos diversas leituras para resultar uma interpretação. Destarte, decidimos criar dois crivos de apreciação: (i) situar textos que apontassem o uso das categorias violência doméstica e violência intrafamiliar; (ii) rever o uso do signo “doméstico” para as situações de violência conjugal. Após a aplicação dos crivos e do signo proposto, constituímos a terceira etapa do delineamento metodológico: (iii) apresentar um instrumento de pesquisa qualitativa em que os atos e as funções da linguagem são os elementos empíricos visados.

Uso das categorias violência doméstica e violência intrafamiliar

O trabalho de Aquino (2006) esclarece os termos mulher, gênero, feminino e feminista: ‘mulher’ refere-se a um indivíduo específico; ‘gênero’ denota relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres; ‘feminino’ alude a prescrições comportamentais idealizadas historicamente e ‘feminista’ delibera uma agenda política para as

questões de gênero.

Bhona (2011, p.12) afirma a ambiguidade de uso conjunto dos termos: “A violência no âmbito das relações interpessoais, a que envolve laços familiares, pode ser entendida como violência familiar, sendo comum a adoção das expressões “violência doméstica” e “violência intrafamiliar”. Cabe destacar os significados distintos atribuídos às expressões, ambas alvo de confusões conceituais”.

A respeito de adolescentes, Costa (2002) realizou a pesquisa de cunho exploratório-descritivo intitulada “Estudo sobre a contribuição da violência doméstica na delinquência de jovens infratores do PROAM - Campo Grande/MS” pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, associada à Linha de Pesquisa Educação e Saúde. O estudo é voltado para a caracterização dos adolescentes autores de atos infracionais que se encontravam no Programa de Liberdade Assistida (PROAM). Objetivou verificar as condições psicossociais daqueles adolescentes, caracterizar o perfil psicossocial e comparar o quê? com os tipos de infrações cometidas. Os dados foram obtidos através de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram relação entre os adolescentes autores de atos infracionais do PROAM e a desestruturação econômica da família e a violência doméstica como um dos fatores determinantes dos atos delituosos praticados pelos mesmos. Notamos, no entanto, que os resultados apresentados eram vagos e que o conceito de violência doméstica não era preciso.

Retomando a dissertação de mestrado de Bhona (2011, p.13), a autora cita um “estudo bibliométrico conduzido por Franco *et al.* (2009) cujo foco de estudo aborda a violência direcionada às crianças, bem como as consequências negativas para os filhos que presenciavam a violência entre os genitores”.

A dissertação de Miranda (2003) discutiu o espaço escolar como uma possibilidade de enfrentamento da violência. Ocorreu na Universidade de Brasília, programa de sociologia, linha de pesquisa: Sociologia da violência. Teve como objetivo promover e analisar as ações de professores, orientadores educacionais e direções escolares ao identificarem crianças que sofrem violência doméstica, propondo ações voltadas para as políticas públicas educacionais que envolvam os profissionais da educação, visando ao seu engajamento na questão do enfrentamento da violência doméstica. Percebe-se que a ideia de vitimização é pouco problematizada neste trabalho.

Stamato (2004) investigou a família e a questão da negligência relacionada aos papéis atribuídos a famílias e às relações conjugais. A dissertação foi realizada na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho França, programa de Serviço Social, na linha de pesquisa Serviço Social: Mundo do Trabalho.

D'Oliveira (2000) trabalhou com os temas da violência de gênero, necessidade de saúde e uso de serviços em atenção primária. Sua pesquisa foi desenvolvida na Universidade de São Paulo, no Programa de Medicina Preventiva, na Linha de pesquisa "Organização do cuidado em Saúde; estudo sobre produção dos cuidados em Saúde". A autora pesquisou a forma usual como a violência vem se apresentando e se era ou não trabalhada no interior dos serviços de saúde de atenção primária. Concluiu que, a partir da interação que se estabelecia entre as usuárias e os profissionais desses serviços, estabeleciam-se as condições que propiciavam ou obstaculizavam a emergência, o acolhimento e a intervenção no serviço de saúde.

Morgado (2001) publicou a tese: "Abuso sexual incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe". O estudo foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na linha de pesquisa: Materialidade, Ideologia e Vida Cotidiana. O abuso sexual incestuoso foi a preocupação central de investigação. Também problematizou as causas e as características da violência doméstica contra crianças e adolescentes, tendo por referência que tais aspectos originaram-se na estruturação da sociedade brasileira, que ofereceu as condições para a perpetuação do fenômeno. Em torno dessa perspectiva, analisou as leis existentes e as diferentes dimensões da vida das mães na sociedade brasileira.

Cavalcanti (2002) divulgou o estudo "A Abordagem da Violência Intrafamiliar no Programa Médico de Família: dificuldades e potencialidade". Analisou a configuração das situações de violência familiar no processo de intervenção das equipes de médicos de família em duas localidades assistidas pelo programa Médico da família de Niterói. Foi realizado na Fundação Osvaldo Cruz, na linha de pesquisa Conhecimentos e práticas sobre a Saúde da criança e da mulher: Dimensão Sociocultural, a partir de uma perspectiva Interdisciplinar. Foi utilizada metodologia qualitativa, com observações e registros em diário de campo, além de entrevistas semiestruturadas com

profissionais do programa médico de família e moradores das localidades acompanhadas. A autora informa que a falta de clareza dos profissionais quanto aos limites da atuação gera muita ansiedade e contribuição para a má resolução de alguns casos.

A violência doméstica contra meninos foi tema de pesquisa na tese de Pinto Júnior (2003). O estudo ocorreu pela Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, na linha de pesquisa: Psicologia Escolar/Educacional Estudos psicossociais da relação professor/aluno. O título do estudo é: "Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico". O autor objetivou compreender os significados da experiência de vitimização sexual doméstica para o menino em uma perspectiva fenomenológica. Os sujeitos da pesquisa foram três meninos com idades entre quatro e 13 anos, identificados a partir de um levantamento no Conselho Tutelar e no Centro de Referência à Infância e à Adolescência (CRIA), no município de Guaratinguetá (SP). Utilizou entrevistas clínicas não dirigidas e técnicas projetivas para identificar os significados latentes em seus discursos, tornando visíveis os que estavam ocultos. Como resultados, destacou que os meninos mostraram dificuldade de falar sobre a experiência de vitimização sexual, tendo uma preocupação com a avaliação do outro, medo de ser considerado homossexual e sinais evidentes de ansiedade, confusão e sintomas psicossomáticos, "possibilitando" a ocorrência de um estresse pós-traumático.

A Proteção dos Direitos Fundamentais da Criança na Violência Intrafamiliar é tema na indagação de Schreiber (2001), em uma perspectiva do direito fundamental em que, segundo o autor, estudar as formas jurídicas de lidar com a questão da violência intrafamiliar significa não apenas combatê-la em prol de uma sociedade atual mais sadia, mas, também, assumir o compromisso de dirimi-la, tanto quanto possível, para que as gerações futuras centrem suas relações sociais no afeto, verdadeiro e único vínculo capaz de justificar a condição humana segundo ele.

Algeri (2001), em sua investigação intitulada "Caracterização de famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar", apresenta um estudo descritivo do tipo exploratório que utilizou uma abordagem combinada quantitativa e qualitativa para caracterizar as famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar, atendidas pela "Equipe de Proteção às Crianças Vítimas de Maus-tratos e Violência

Sexual” no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) no ano de 1999. O estudo ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no programa de Enfermagem, na linha de pesquisa: “Comunidade e o Processo Educativo na Saúde e na Doença”. Segundo a autora, seu estudo permitiu contextualizar a violência como social e histórica, presente em larga escala na sociedade brasileira, uma sociedade desigual, na qual se pratica violência dentro da família contra a criança, assim legitimando uma forma de poder estruturante nas relações sociais e na interação com fatores individuais econômicos e culturais.

Rever o uso do signo “doméstico”

A violência conjugal que atinge as mulheres é intensa, e, em nossa compreensão, requer cotidianas intervenções e denúncias. Neste documento, a contribuição social é propor empregar a categoria *violência privada*⁶ para abordar a violência conjugal de modo a superar as diversas ambiguidades que estão apostas no uso das categorias violência doméstica e violência intrafamiliar.

Após as diversas leituras dos textos apresentados e somando nossa experiência clínica de atender mulheres e casais, fundamentamos a conjectura da classe nos seguintes argumentos:

(a) o signo *doméstico* não se coaduna com a presente realidade política e cultural relativa ao gênero feminino, cunhada pela ação dos vários movimentos feministas em prol da cidadania das mulheres (Scott, 1995; Rabelo e Araújo, 2009)

Dizer que algo é doméstico é limitar ao âmbito da casa o cenário da inserção produtiva das mulheres, bem como manter as ações violentas no enquadramento familiar. Essa é uma ação impossível, já que as mulheres transitam concomitantemente nos cenários públicos e privados, e os marcos legais de combate à violência contra a mulher, dos quais o Brasil é signatário, não permitem a prática do “segredo” e a invisibilidade da situação de violência. (Lei Nº 11.340; Gregori, 1993). A superação das ideias de domesticidade fratura o conceito de segredos familiares acerca das violências e comporta a ampliação do reconhecimento de meninos e meninas sem crivos opositores de

gênero, da mulher, dos idosos e dos portadores de necessidades especiais em íntimo vínculo com o mundo público;

(b) O contexto da inserção socioeconômica e de participação pública e política das mulheres brancas, negras, amarelas e índias transcende o “lar” (Grant Thornton, 2012).

(c) Praticar uma atitude intelectual com base na proposição elaborada por Derrida para a teoria da desconstrução, que afirma “A noção e o valor de centro deve ser afirmado, pelo não-valor de seu oposto. Por isso, os binarismos (homem/mulher, Deus/diabo, natureza/cultura, fala/escrita, etc.) que todo o pensamento ocidental entendia como possuindo valor e significado intrínsecos, são compreendidos a partir de sua diferença com o outro” (Derrida, 2006, p. 41).

A abolição do termo “doméstica” possibilita compreender a violência psicológica como uma forma de brutalidade que atinge o autoconceito, a autoimagem e a autoestima de alguém, uma ação gerada em diversos contextos em que há desnutrição psicológica. Pode ser expressa por meio da linguagem verbal (humilhar, desvalorizar etc.) e de atos não verbais: intimidar, controlar, isolar, silenciar, etc. (Pimentel, 2005, 2008).

Nessa forma de violência, a linguagem verbal é a ferramenta principal, já que as palavras alteram significações conforme a temporalidade, a época, o contexto, o falante, etc. Um vocábulo substantivo, quando adjetivado e organizado em um período de orações, forma um texto e um contexto em que adquire potência e presumível efeito subjetivo violento. Por exemplo, ao associarmos a palavra *força*, que significa “saúde, energia física e moral para fazer alguma coisa” (Ferreira, 1977, p. 798), ao adjetivo *bruta*, criamos um período novo: *força bruta*, cujo sentido denota arbitrariedade e despotismo.

Alguém que em casa se vale da força bruta intencionalmente proferida em palavras pratica violência psicológica privada⁷. Quanto ao silêncio, há vários tipos com significações bilaterais: meditação, recordação, decisão, tensão, constrangimento, dominação, hermetismo, etc.

A cronicidade da violência psicológica instaura a desnutrição psicológica, um processo urdido na casa em que o casal viveu a infância e cresceu; ou nos abrigos⁸ em que foram viver

⁶ Não se trata de mera substituição de signos, porém, profunda reconceptualização da abordagem da violência praticada contra as mulheres.

⁷ E efeitos sociais públicos.

⁸ Mantidos pelo estado e pelo município.

(pelo menos um dos componentes) devido às rupturas dos vínculos familiares, ou no domicílio de parentes até alcançar o espaço de instalação da própria unidade conjugal. A violência psicológica não se limita ao âmbito da família; pode ocorrer na escola, no trabalho, na rua, na festa, etc.

Um instrumento de pesquisa qualitativa em que os atos e as funções da linguagem são os elementos empíricos visados

No estudo qualitativo da violência psicológica privada, a interpretação é ancorada na conversação entre as teorias da abordagem gestáltica e/ou gestalt-terapia⁹ e na hermenêutica da linguagem de Ricoeur (1975), que, além de revisar as perspectivas regionais da hermenêutica, elabora um desenho metodológico sobre a análise fenomenológica do discurso.

Ricoeur (1975) estabelece a compreensão do texto como a ação primeva e a compreensão de si mesmo como o corolário da interpretação do texto. Desse modo, reconhece o estatuto de sujeito para a alteridade, para o outro, superando uma reflexão pautada na filosofia idealista centrada na noção de sujeito racional, consciente e isolado, cuja vontade é o guia apodítico das suas atitudes.

A pesquisa da linguagem articula várias dialéticas, sendo uma das mais importantes reunir língua e fala para identificar a ação, a obra, o mundo de cada sujeito através da análise dos signos e dos significados. Para Ricoeur (1975), a tarefa de criticar as ideologias é um dos critérios de textualidade que consente realizar a hermenêutica. Em nosso caso, a ideologia patriarcal opera na violência privada e atinge as famílias, as mulheres, as crianças e os adolescentes.

São cinco os distanciamentos propostos em Ricoeur (1975) para interpretação do texto: (a) a linguagem como discurso, que instala o distanciamento do dizer no dito, isto é, a fala do falante. Esse critério centra na frase e não mais na palavra o objeto de análise; (b) o discurso como obra, que distancia o dizer do dito através da escrita. A obra é uma composição de algum gênero literário capaz de revelar o estilo do autor; (c) a relação entre a fala e a

escrita. No distanciamento pela escrita, são alteradas as condições psicológicas e sociológicas da produção do texto, permitindo que a leitura descontextualize e recontextualize o texto; (d) o mundo do texto. A escrita distancia a autorreferência aberta com o diálogo e instaura a referência de segundo nível, focando o mundo e não mais o eu; (e) a compreensão diante da obra: Ricoeur (1975) considera que “a compreensão só se dá pela leitura das obras culturais” (p. 58). Na lógica proposta, primeiro, compreendemos o mundo através dos textos, em seguida, haverá a compreensão do eu. Assim, a tarefa hermenêutica que Ricoeur se propõe vai sendo definida como “a explicitação do ser-no-mundo manifestado diante do texto” (p. 56).

Do ponto de vista empírico, os pronomes pessoais serão observados nas frases ditas pelo sujeito. Em seguida, a pesquisadora olhará os predicados das frases e os modos verbais. A transcrição da fala abre caminho para o texto. A escrita é o meio de fixação da fala e de evitar que o discurso se perca. Ela liga o mundo, possibilitando que, pelo ato de ler, o texto seja descontextualizado e recontextualizado. Neste momento, alguém que vive em Belém do Pará pode ler este texto; e, mais tarde, um leitor em Roma poderá ler este mesmo texto? e ser afetado por ele, sem implicar a necessidade da presença da autora para fornecer a sua interpretação; isto é possível pela autonomia que o texto adquire em relação à fala (Ricoeur, 1975).

A análise fenomenológica do discurso, conforme Ricoeur (1975), desvela as funções da linguagem, o estilo do autor que está inscrito no texto, um pronunciamento, uma posição, um pressuposto sobre algo.

Identificando como um parágrafo interfere no outro, a pesquisadora poderá explicitar os níveis da leitura, isto é, o concreto, em que se manifestam os personagens, o cenário, a temporalidade, os valores e as discordâncias, enfim, a estrutura profunda de significações do autor interpretado.

Para facilitar as análises dos textos, sugerimos o uso de uma grelha criada por Pimentel (2011). Partimos da integração da linguagem¹⁰ enquanto unidade entre *langue e parole*.

A pesquisadora buscará entender, primeiramente, o código da fala, ou seja, a língua formal e o estilo linguístico do(s) falante(s);

⁹ Quando o objeto da pesquisa é a psicoterapia, valem-nos da teoria da gestalt-terapia; a abordagem gestáltica é usada para dialogar com os demais campos: educação, gestão, terapia ocupacional, direito, demais áreas da saúde, etc.

¹⁰ Sentido denotativo: convencionado; conotativo: sentido criativo.

em seguida, captar a mensagem. Realizar esta ação metodológica solicita fazer uma redução fenomenológica das referências que tem sobre o tema investigado, isto é, o conhecimento circundante no contexto (senso comum e científico). Após a transcrição do discurso, surge o texto que será o objeto das apreciações voltadas para a compreensão das coisas, das pessoas e do cotidiano contextual no qual elas habitam. Pragmaticamente, os elementos que serão identificados são os atos e as funções da linguagem que permitem analisar a mensagem, o código, a comunicação e os agentes (Pimentel, 2011a; Ricoeur, 1975; Reis e Rocha, 2000).

As funções da linguagem são oito¹¹; contudo, o uso analítico será estabelecido consoante os recortes de escolha da pesquisadora fornecidos pelos dados empíricos. Em nossas análises, via de regra, adotamos a apropriação da função expressiva ou emotiva, em que o informante destaca o pronome pessoal EU.

Ao demarcar um parágrafo no texto para avaliar, a pesquisadora pode encontrar frases, interjeições e exclamações que desvelem atitudes, emoções, ideias, isto é, aspectos da subjetividade do emissor/informante (Guittet e Amado, 1982)

As demais funções são: Conativa, diz respeito ao receptor, ao TU, a ELA/E; Mensagem, que exerce uma ação sobre o receptor, por

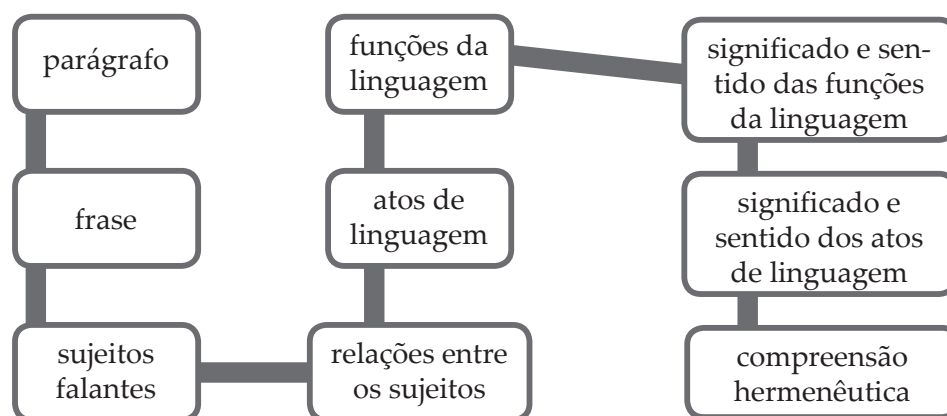
exemplo, pedido, ordens, injunções; Referencial, que alude ao objeto/tema da mensagem; Fática, que visa a estabelecer ou manter a comunicação e se vale do uso de expressões para chamar a atenção do interlocutor; Poética, que destaca a mensagem; Metalinguística, que explica o código usando o próprio código – ex. dicionário; e, Apelativa, que se refere ao receptor (Guittet e Amado, 1982).

Caracterizamos, também, os atos de linguagem que nos informam sobre os afetos, as motivações, a cognição e são identificados nos gestos, nas mensagens, em toda expressão não verbal e estão relacionadas ao contexto: lugar e tempo. São: atos locucionários, que visam a coligar na mensagem os pedidos, as ordens e qualificar a mensagem e a intencionalidade interpretada; atos ilocucionários, que apontam efeitos no interlocutor das ordens, dos pedidos, das injunções; e atos perlocucionários, localizados através da identificação de frases que denotem omissões, silêncios, risos, respiração (Pimentel, 2011a; Ricoeur, 1975; Reis e Rocha, 2000).

Para finalizar, no Quadro 1, mostraremos um diagrama do fluxo da análise proposta. Sugerimos que a pesquisadora apresente graficamente os achados empíricos na forma de síntese, assim, a compreensão hermenêutica da temática averiguada será imediatamente apreendida pelo leitor.

Quadro 1. Fluxograma da compreensão dos processos subjetivos.

Chart 1. Flowchart of the understanding of the subjective processes.



Fonte: Pimentel (2011).

¹¹ Emotiva, expressiva, fática, conativa, referencial, metalinguística, poética, apelativa (Guittet e Amado, 1982).

Considerações finais

Por meio de revisão de literatura, mostramos que as categorias violência doméstica e violência intrafamiliar são limitadas para entender a magnitude do fenômeno no ambiente familiar. Também apresentamos um procedimento de pesquisa qualitativa para análise dos dados empíricos, situando a linguagem como uma ferramenta que possibilita compreender e realizar intervenções no campo da violência articulada com “a história e a sociedade que a produziu” (Gregolin, 1995, p. 20).

Ponderamos que o estudo da violência psicológica que ocorre nas famílias via exame de linguagem contribui para estabelecer limites entre a brincadeira e a violência e reafirmar o cuidado enquanto princípio e ação sem hierarquia entre gêneros

Ressaltamos que não podemos articular uma relação direta e causal entre os atos violentos e as patologias psíquicas nos sentidos psicológico ou psiquiátrico. A inviabilidade de uma relação causal suprime que a pesquisadora e o gestor estatal elaborem, respectivamente, conclusões e políticas públicas ancoradas na metáfora do adoecimento, da medicalização, e da exclusão social.

Projetos e programas de intervenção requerem alicerces substantivados na postura ética, no bem comum, nas reformas econômica, fiscal e judiciária e na superação das sociabilidades impregnadas por impaciência, intolerância, decadência da confiança, segregação, destruição e autodestruição (Buber, 1974; Foucault, 1979; Lemke e Silva, 2010; Gonzalez-Rey, 2002).

Uma ação transformadora que a pesquisa qualitativa tem revelado é a prática nas relações interpessoais do cuidado com o outro. Pensamos que o cuidar também contribui para fortalecer a premissa da supressão do uso do signo “doméstico” aplicado à violência que ocorre nos arranjos familiares. Cuidar é um princípio ontológico e uma ação assexuada que implica a alternância dos sujeitos, por exemplo, na realização dos serviços que a rotina da casa requer (limpeza, conforto, etc.). Nas relações sociais, o cuidado e o respeito agregam em suas configurações o: (a) autodesenvolvimento de capacidades e habilidades; (b) cuidar de si mesmo; (c) retribuir aos outros (Sennett, 2004).

Referências

- ALGERI, S. 2001. *Caracterização de famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar*. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 142 p.
- AQUINO, E.M.L. 2006. Gênero e saúde no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 40(N Esp):121-132.
- ARENDT, H. 2010. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 167 p.
- BHONA, F.M.C. 2011. *Violência doméstica e consumo de álcool entre mulheres: um estudo transversal por amostragem na cidade de Juiz de Fora – MG*. Juiz de Fora, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 93 p.
- BRASIL. 2006. Lei nº 11.340, Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 01/03/2010.
- BUBER, M. 1974. *Eu e Tu*. São Paulo, Editora Moraes, 170 p.
- CAVALCANTI, M.L.T. 2002. *A Abordagem da Violência Intrafamiliar no Programa Médico de Família: dificuldades e potencialidade*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, 517 p.
- CELLARD, A. 2008. A análise documental. In: J. POUPART; J.P. DESLAU-RIERS; L.H. GROULX; A. LAPÈMÈRE; R. MAYER; A.P. PIRES (org.), *Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, p. 139-154.
- CHAUÍ, M. 2007. *Cultura e Democracia: discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 144 p.
- COSTA, M.C. 2002. *Estudo sobre a contribuição da violência doméstica na delinquência de jovens infratores do PROAM - Campo Grande/MS*. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 170 p.
- DEL PRIORE, M. 2010. *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 191 p.
- DEL PRIORE, M. 1997. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 678 p.
- DERRIDA, J. 2006. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva, 300 p.
- D'OLIVEIRA, A.F.P.L. 2000. *Violência de gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária*. São Paulo, SP. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 279 p.
- FERREIRA, A.B.H. 1977. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2120 p.
- FRANCO, L.R.; LÓPEZ-CEPERO, J.; DIAZ, F.J.R. 2009. Violência doméstica: uma revisão bibliográfica e bibliométrica. *Psicothema*, 21(2):248-254.
- FOUCAULT, M. 1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 293 p.
- FOUCAULT, M. 1995. O Sujeito e o Poder. In: H. DREYFUS; P. RABINOW, *Michel Foucault uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 213-245.
- FRAZÃO, L.M.; ROCHA, S.L.C.O. (orgs.). 2004. *Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*. Campinas, Livro Pleno, 248 p.
- GIDDENS, A. 2002. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo, EDUSP, vol. II, 384 p.
- GONZÁLEZ REY, F.L. 2002. *Pesquisa Qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 188 p.
- GRANT THORNTON. 2012. *Mulheres no topo*

- IBR. Disponível em: <http://www.gti.orgwww.internationalbusinessreport.com>. Acesso em 01/08/2012.
- GREGOLIN, M. 2003. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos, In: C. FERNANDES; J.B. SANTOS (orgs.), *Teorias Linguísticas: problemáticas cont.* Uberlândia, UFU.
- GREGORI, M. F. 1993. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 215 p.
- GUITTET, A.; AMADO, G.A. 1982. *Dinâmica da comunicação nos grupos.* Rio Janeiro, Zahar Editora, 238 p.
- HOLANDA, A. 2006. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, **XXIV**(3):363-372.
- LEMKE, R.A.; SILVA, R.A.N. 2010. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, **10**(1):281-295.
- MACEDO, J.P.; DIMENSTEIN, M. 2009. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, **21**(3):293-300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300002>
- MALUSKE, G.; BUCHER-MALUSKE, J.; HERMANS, K. 2004. *Direitos Humanos e violência: desafios da ciência e da prática.* Fortaleza, Fundação Konrad-Adenauer, 283 p.
- MILLER, M.V. 1995. *Terrorismo íntimo: a deterioração da vida erótica.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 299 p.
- MINAYO, M.C.S. 2003. A Violência dramatiza causas. In: M.C.S. MINAYO; E.R. SOUZA (orgs.), *Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira.* Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, p. 23-28
- MINAYO, M.C.S. 2006. *Violência e Saúde.* Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 132 p.
- MIRANDA, A.C. 2003. *De casa à escola: caminho fecundo para o enfrentamento da violência doméstica contra a criança.* Brasília, Departamento de Sociologia da UnB, 256 p.
- MONSMA, K. 2007. Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência com aplicações à pesquisa histórica. *MÉTIS: história & cultura*, **6**(11):23-37.
- MORGADO, R. 2001. *Abuso sexual incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe.* São Paulo, SP. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 154 p.
- NAPOLI, R.B. 2000. A hermenêutica de W. Dilthey. In: R.R. REIS; R.P. ROCHA (orgs.), *Filosofia Hermenêutica.* Santa Maria, Ed. da UFSM, p. 187-204
- PIMENTEL, A. 2005. *Nutrição psicológica: desenvolvimento emocional infantil.* São Paulo, Summus, 166 p.
- PIMENTEL, A. 2008. Construção psicológica da subjetividade masculina. In: A. PIMENTEL; A.C.G. MOREIRA (orgs.), *Psicologia, instituição, cultura.* Belém, Amazônia Editora, p. 135-140.
- PIMENTEL, A. 2010. Avaliação psicológica na DEAM: um estudo de caso de violência sexual infantil. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, **10**:585-603.
- PIMENTEL, A. 2011a. *Cuidado paterno e enfrentamento da violência.* São Paulo, Summus, 104 p.
- PIMENTEL, A. 2011b. Interrogar masculinidades em Belém do Pará. *Contextos clínicos*, **4**(1):18-27.
- PENNA, A.G. 1982. *Introdução à história da psicologia contemporânea.* Rio de Janeiro, Zahar. 324 p.
- PINTO JÚNIOR, A.A. 2003. *Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico.* São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 204 p.
- RABELO, I.V.; ARAÚJO, M.de F. 2008. Violência de gênero na perspectiva da saúde mental, **7**(1):123-132. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/issue/view/9>. Acesso em: 01/05/2011.
- REIS, R.R.; ROCHA, R.P. 2000. *A Filosofia Hermenêutica.* Santa Maria, Editora da UFSM, 176 p.
- RICOEUR, P. 1975. *Interpretação e Ideologias.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 182 p.
- RIZZINI, I. 2011. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.* São Paulo, Cortez.
- SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acessado em: 01/03/2012
- SCOTT, J.W. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. **20**(2):71-99.
- SANTOS, E.P.S. 2005. (Des)construindo a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria "menor". In: H.S. GONÇALVES; E.O. BRANDÃO (org.), *Psicologia jurídica no Brasil.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Nau, p. 205-248.
- SARTI, C.A. 2009. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana* **1**:89-103. Disponível em www.sexualidadsaludysociedad.org. Acessado em: 01/10/2011.
- SCHEINVAR, E. 2009. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente.* Rio de Janeiro, Lamparina, Faperj, 236 p.
- SCHEIREIBER, E. 2001. *Os direitos fundamentais da criança na violência intrafamiliar.* Porto Alegre, Ricardo Lenz, 152 p.
- SENNETT, R. 2004. *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais no trabalho no novo capitalismo.* Rio de Janeiro, Record, 204 p.
- SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S.; SILVA, C.M.; REIS, A.C. 2001. Mortalidade por Causas Externas em Idosos no Brasil, Estados e Regiões Metropolitanas. *Boletim sobre Causas Externas.* Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde/Centro Nacional de Epidemiologia
- STAMATO, J.S.T. 2004. *A família e a questão da negligência: Papéis atribuídos e relações estabelecidas.* Franca, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, 181 p.
- SZYMANSKI, H. 2005. Ser criança: um momento do ser humano. In: A.R. ACOSTA; M.A.F. VITALE (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas.* São Paulo, Cortez.
- VOLPI, M. 2011. *O adolescente e o ato infracional.* 9ª ed., São Paulo, Cortez, 88 p.
- WIEVIORKA, M. 2006. *Em que mundo viveremos?* São Paulo, Perspectiva, 310 p.

Recebido: 16/05/2012

Aceito: 14/04/2013